



PROGRAMA de ATUALIZAÇÃO da Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10)

Controle: D.04.10

Data da Elaboração: 10/11/2009

Data da Revisão: 15/01/2024

Vigência a partir de: 01/03/2024

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Gerência de Educação



Programa Detalhado de Atualização da Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10)

- Versão 3.2 -

OBJETIVOS DA ATUALIZAÇÃO CPA-10

A Atualização dos profissionais CPA-10 faz parte do Programa de Educação Continuada da ANBIMA e está previsto no Código de Certificação e tem como objetivo a permanente elevação da capacitação técnica dos profissionais que têm contato com os investidores na comercialização de produtos de investimento. Esta atualização atende também a regulamentação do Banco Central do Brasil relacionada à necessidade de certificação destes profissionais e a sua educação continuada.

O presente conteúdo programático é composto de dez grandes temas: Mercado de Crédito, Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT); conduta profissional e API; ESG no mercado financeiro; criptoconomia; DeFi; Criptoativos; Fundos de investimentos e normativa CVM 175; e tributação em fundos de investimentos.

Os seus respectivos desdobramentos em tópicos detalham os assuntos considerados essenciais para o desempenho das atividades relacionadas à venda de produtos de investimento para investidores e também no que concerne às principais novidades e alterações de legislações e regulamentações que influenciam na formação dos profissionais certificados.

O Programa de Atualização é resultado do trabalho conjunto da ANBIMA com as principais instituições do mercado financeiro que acreditam que seus respectivos desdobramentos em tópicos, itens e subitens detalham os assuntos, cujo conhecimento pelos profissionais envolvidos na distribuição de produtos de investimento é considerado essencial.

PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO CPA-10

- Versão 3.2 –

1. MERCADO DE CRÉDITO

- 1.1 Fundamentos do mercado de crédito
- 1.2 Concessão e manutenção do crédito
- 1.3 Modelos de avaliação de risco de crédito
- 1.4 Sistema Gerenciados de séries temporais (SGS)
- 1.5 *Spread & funding*
- 1.6 Operações ativas e operações passivas
- 1.7 Modalidades de crédito
- 1.8 Risco e inadimplência
- 1.9 *Inovações no mercado de crédito*

2. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PLDFT)

- 2.1 Conceito de lavagem de dinheiro.
 - 2.1.1 Legislação e regulamentação aplicável – crime e infração administrativa
 - 2.1.2 Responsabilidades administrativa e legal. Entidades e pessoas físicas sujeitas à lei e a regulamentação
- 2.2 Modelo de abordagem baseada em risco
 - 2.2.1 Avaliação Interna de Risco
 - 2.2.2 Política direcionada às características e riscos relevantes da instituição
 - 2.2.3 Controle de efetividade das políticas e procedimentos
- 2.3 Princípio do “conheça seu cliente”
 - 2.3.1 Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado e análise da capacidade financeira do cliente

2.3.2. O princípio “conheça seu cliente” como forma de proteção da instituição financeira e do profissional

2.4 Registro de operações

2.5 Operações suspeitas

2.5.1 Caracterização

2.5.2 Obrigatoriedade de comunicação e controle – instituições, empresas e autoridades competentes

2.6 Indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas

2.7 Princípio do “conheça seu parceiro”

3. CONDOTA PROFISSIONAL E AVALIAÇÃO DO PERFIL DO INVESTIDOR (API)

3.1 Venda casada: conceito

3.2 Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco

3.3 Dos crimes contra o mercado de capitais

3.3.1 Conceito de tipologia aberta e suas implicações para os profissionais

3.3.2 Manipulação do Mercado

3.3.2.1 Conceito (art. 27-C da Lei nº 6.385/76)

3.3.2.2 Spoofing

3.3.2.3 Layering

3.3.2.4 Manipulação de Benchmark

3.3.3 Uso Indevido de Informação Privilegiada

3.3.3.1 Conceito (art. 27-D da Lei nº 6.385/76)

3.3.3.2 Insider Trading primário

3.3.3.3 Insider Trading secundário

3.3.3.4 Repasse de informação privilegiada

3.3.4 Exercício Irregular de Cargo, Profissão, Atividade ou Função Regulada – (art. 27-E Lei nº 6.385/76)

3.4 Análise do Perfil do Investidor (API)

3.4.1 Resolução CVM nº 30 – dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*). Finalidade e para quem se aplica a regra.

3.4.1.1 Abrangência; perfil do cliente; categorias de produtos; vedações e obrigações; regras, procedimentos e controles internos; atualizações e dispensas.

3.4.2 Adequação de produtos em função do perfil do investidor. Importância e motivação do API para o investidor. Possibilidade de venda de um produto não adequado ao perfil do investidor.

4. ESG NO MERCADO FINANCEIRO

4.1 Conceitos de ASG (Ambiental, Social e Governança)

4.1.1 Aspectos Ambientais

4.1.2 Aspectos Sociais

4.1.3 Aspectos de Governança Corporativa

4.2 Conceitos de Investimentos ASG

5. DEFINIÇÃO E INFRAESTRUTURA DA CRIPTOECONOMIA

5.1 Definição e infraestrutura de criptoconomia

5.2 Aplicações da criptoconomia

5.3 Blockchain

5.3.1 Características

5.3.2 Segurança das transações

5.3.3 Mecanismos de consenso

5.3.3.1 Proof of work (PoW)

5.3.3.2 Proof of Stake (PoS)

5.3.4 Tipos de blockchain

6. FINANÇAS DESCENTRALIZADAS (DeFi)

6.1 Finanças tradicionais x finanças descentralizadas

6.2 Vantagens do DeFi

6.3 Smart Contracts

6.4 Tokenização

6.5 Novas estruturas de mercado para negociações

6.6 NFT (Non-Fingible Token)

7. INVESTIMENTOS EM CRIPTOATIVOS

7.1 Criptoativos no mercado tradicional

7.2 Parecer de orientação CVM 40

7.3 ETFs

7.4 Tipos de carteiras digitais

7.4.1 Hot Wallet

7.4.2 Cold Wallet

7.5 Formas de acesso a criptomoedas

7.6 Principais riscos

7.6.1 Produtos proibidos

7.6.2 Produtos falsos

7.6.3 Volatilidade

7.6.4 Pirâmides e esquemas Ponzi

7.6.5 Falta de transparência

7.6.6 Custódia

7.6.7 Ataque hacker

7.6.8 Erros no código

7.6.9 Manipulação nos mecanismos de consenso

7.6.10 Operação das blockchains

7.6.11 Reserva de stablecoins

7.6.12 Oráculos

7.6.13 Negociações P2P

8. INTRODUÇÃO A FUNDOS DE INVESTIMENTO

8.1 Estrutura e características dos fundos de investimento

8.2 Vantagens e desvantagens *versus* ativos individuais

8.3 Patrimônio e cotas

8.4 Composição

8.5 Resolução CVM nº 175

8.5.1 Alterações

8.5.2 Características

8.5.3 Prestadores de serviços

8.5.4 Funções do administrador

8.5.5 Funções do gestor

8.5.6 Riscos

8.5.6.1 Risco de mercado

8.5.6.2 Risco de crédito

8.5.6.3 Risco proveniente do uso de derivativos

8.5.6.4 Risco de liquidez

8.5.6.4 Risco de concentração

8.5.7 Remuneração

8.5.8 Documentos e divulgação de informações

8.5.8.1 Regulamento

8.5.8.2 Material de divulgação

8.5.8.3 Fatos relevantes

8.5.8.4 Informações periódicas

8.5.8.5 Demonstração contábil e relatórios de auditoria

8.5.9 Assembleia de cotistas

9. CLASSIFICAÇÃO DE FUNDOS E NORMATIVA CVM 175

9.1 Impactos da resolução CVM nº 175

9.2 Classificação de fundos ANBIMA

9.3 Classificação CVM de fundos de investimentos

9.4 Fundos estruturados – anexos normativos

9.4.1 Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC)

9.4.2 Fundo de investimento imobiliário (FII)

9.4.3 Fundo de investimento em participação (FIP)

9.4.4 Fundo de investimento em índice de mercado (ETF)

9.5 Estratégias de gestão

10. TRIBUTAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

10.1 Alterações na tributação em fundos de investimento

10.2 Alterações e manutenções

10.3 Aplicação das normas tributárias

10.4 Impostos incidentes sobre rendimentos

10.4.1 Imposto sobre operações financeiras (IOF)

10.4.2 Imposto de renda (IR)

10.5 Fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC)

10.6 Fundos de investimento imobiliário (FII)

10.7 Fundos de investimento em participações (FIP)

10.8 Fundos de investimento nas cadeias produtivas do agronegócio (Fiagro)

10.9 Fundos de investimento em infraestrutura (FI-Infra)

10.10 ETF

10.11 Fundos exclusivos